

O ensino liceal em Portugal no início do Estado Novo: Reflexões em torno do I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial



Anabela Mimoso
Bento Cavadas
Investigadores do CeIEF

O ensino liceal em Portugal no início do Estado Novo: Reflexões em torno do *I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial*

Resumo

Os primeiros anos do novo regime, beneficiando de um clima de uma certa indefinição política, ao contrário do que seria de esperar, significaram para os professores do ensino liceal a tão ansiada possibilidade de realização de um congresso (almejado desde 1913) e também a sua união em torno de uma associação. Assim, em 1926, apareceu a Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses. Depois de aprovados os respectivos estatutos, votou o *I Congresso do Ensino Secundário Oficial* que se realizou em Aveiro no ano seguinte, seguido de mais quatro até 1931. O *I Congresso*, bem como os seguintes, não se dedicou exclusivamente a problemas pedagógicos e científicos, mas serviu também para a reivindicação de direitos dos professores. No caso específico do Congresso de 1927, foram discutidos vários assuntos relacionados com a organização curricular e o papel dos liceus. Este trabalho apresenta os resultados da análise desse documento único que constitui as actas do *I Congresso*. Através do cruzamento com o estudo de outras fontes, como revistas pedagógicas e jornais da época, esse estudo permitiu aferir nesse período de transição social e política o status quo do ensino liceal e da profissão docente.

Palavras-chave: Ensino liceal; congressos; associativismo docente.

The secondary education in Portugal in the beginning of the New State: Reflections around the 1st Pedagogical Congress of the Official Secondary Education

Abstract

The first years of the new regime, benefiting from an undefined political status, opposite to what could be expected, it meant to the secondary teachers the so long waited possibility of doing of a congress (expected since 1913) and their union into an association. Therefore, in 1926, it appeared the *Federation*

of the Associations of the High Schools Teachers. After the approval of her statutes, the 1st Pedagogical Congress of the Official Secondary Education was done in Aveiro, in the following year. It was followed by four more congresses, until 1931. The 1st Congress, as same as the next ones, wasn't only dedicated to pedagogical and scientific problems, but also to the request of the teachers rights. In the case of the 1927s Congress, there were discussed matters related to the curricular organization and the high schools paper. This work presents the results of the analysis of a unique document, the acts of the 1st Congress. Confronting that document with others sources, such as pedagogical reviews and epoch journals, this study has showed, in that period of political and social transition, the status quo of the secondary education and the teaching job.

Keywords: Secondary education; Congresses; associationism.

1. Da criação da Federação das Associações dos Professores dos Liceus de Portugal à realização do *I Congresso*

Desde o início do séc. XX que o número de alunos dos liceus (criados em 1836) crescia, embora não regularmente. Se no ano lectivo de 1899/1900 se registava um total de 3.265 alunos, no ano lectivo de 1926-27, a população liceal era de 11.430 alunos do sexo masculino e de 3.666 do sexo feminino, num total de 15.096 (Nóvoa e Santa-Clara, 2003, p. 28). Esse crescimento prolongou-se no ano lectivo seguinte, embora o mesmo não tenha acontecido nos três anos subsequentes, em que essa frequência decresceu. Nessa altura, os liceus encontravam-se, basicamente, organizados segundo a reforma de Jaime Moniz (1894-95) e assim continuariam até à reforma de Pires de Lima (1947). O plano curricular estava estruturado por classes (em oposição às disciplinas soltas que resultaram da reforma pombalina), mais virado para um ensino de currículo “clássico”, embora não desprezasse o científico, com professores especialistas em cada disciplina, horários rígidos e com aulas cuja duração era, geralmente, de uma hora. É sobretudo a partir da 1ª República que se começa a notar uma crescente preocupação, por parte dos professores do ensino liceal, pela pedagogia e pelas condições da profissão.

Nesse contexto, em 1925, um grupo de professores do Liceu de Aveiro idealizou a publicação de uma revista cujo primeiro número acabaria por ser publicado em Janeiro do ano seguinte. Essa revista, a *Labor*, dirigida inicialmente por José Tavares e Álvaro Sampaio, tornar-se-ia o centro de acção das Associações de Professores dos Liceus. Foi uma dessas Associações – a do Liceu de Passos Manuel (Lisboa) – que, em ligação com a redacção da revista e o Núcleo do Liceu da Póvoa de Varzim, resolveu convocar os professores para tentar a organização da classe. Em resultado, vinte e sete delegados de diferentes liceus reuniram-se no Passos Manuel. Dessa reunião nasceu a Federação das Associações de Professores dos Liceus Portugueses. Foram então aprovados os estatutos e procedeu-se à eleição dos corpos gerentes. A reorganização da classe do professorado liceal criou um ponto de ruptura com os Governos, considerados por Álvaro Sampaio (1927) como ineptos: «Dos Governos, quaisquer que sejam, nada podemos esperar.» (p. 256). Segundo o director da *Labor*, o próprio Ministério da Instrução não via com bons olhos essa iniciativa. Esse órgão era percebido como mais um instrumento de fiscalização das acções governamentais que, por vezes, se expressavam em decretos

feitos à medida para favorecer determinados indivíduos ou grupos em detrimento de outros.

Apesar de não ter tido vida fácil, a Federação votaria a realização do *I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial*. Esse congresso, almejado há largos anos pelos docentes do ensino liceal, conseguiu finalmente pôr-se em marcha, na senda da consciencialização do professorado liceal como classe, como se pode aferir pelas palavras de Braga Paixão (1927): «só agora se sente nos liceus o espírito de corporação, só agora temos todos nós a consciência da contiguidade do nosso esforço e da dependência mútua da nossa obra» (p. 186). Coincidindo intencionalmente com o dia de Camões (10 de Junho), o *I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial* reuniu-se no Liceu José Estêvão (antigo Vasco da Gama), em Aveiro, para tratar de problemas pedagógicos e de outras inquietações que afligiam a classe.

No caso específico do Congresso de 1927, foram discutidos vários assuntos relacionados com a organização curricular e o papel dos liceus, nomeadamente: a) a duração e o carácter do ensino secundário; b) a importância do ensino da Biologia no ensino secundário; c) o papel da educação física no ensino secundário; d) a necessidade de unificar as nomenclaturas gramaticais; e) o papel dos liceus como centros de estudos regionais e f) o ensino médio feminino. Algumas das temáticas relacionadas com reclamações da profissão docente foram: a) a assistência aos filhos dos professores dos liceus; b) as regalias a conceder aos professores dos liceus das ilhas; c) os quadros de docentes dos liceus e d) os concursos de docentes do ensino liceal.

Nele estiveram presentes mais de 200 congressistas, vindos de todo o continente e ilhas, bem como um professor oriundo de Moçambique. Esse entusiasmo era necessário para quebrar a inércia em que a classe se via mergulhada. Pretendia-se não só estreitar os laços de solidariedade entre os membros da classe, pelo que o convívio desempenhou aí um importante papel, mas também favorecer a troca de conhecimentos, a partilha de problemas e o encontro de soluções de comum acordo.

2. O *I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial*

Nenhum pormenor foi descurado na preparação do *I Congresso*, pelo que o regulamento, o programa e algumas das teses (na verdade, os resumos das comunicações) foram antecipadamente dadas na conhecer na *Labor* (nº 7). O número

seguinte incluiria os votos e as conclusões do mesmo. Esses dois números da revista, as notícias dos jornais da época e ainda as actas publicadas no ano seguinte, são as fontes principais deste trabalho.

Sendo uma novidade no panorama do ensino, não admira que a imprensa lhe tivesse dado destaque. Assim, *A Ideia Nacional*, no primeiro ano da sua publicação e concretamente no nº 62, de 10 de Junho, publicava a notícia do *I Congresso* em primeira página (com continuação na segunda), em artigo intitulado: «Inaugura-se hoje em Aveiro o Congresso dos Professores dos Liceus, que marcará uma nova “étape” no ressurgimento do ensino secundário» (p. 1). O jornalista começou por relatar a sua visita ao Liceu de Aveiro, onde foi recebido pelo reitor, José Tavares. Salientou que estavam «200 congressistas inscritos. As teses em número de 9 abordam interessantes assuntos pedagógicos» (p. 1). Seguiu-se uma entrevista ao Dr. Álvaro Sampaio que salientou que o número de inscritos «é relativamente muito para uma classe que conta cerca de 450 professores efectivos» (p. 2). Referia ainda que «Desde 1913 que esta ideia dum Congresso tem andado no espírito de todos. Nunca houve direcção da Associação dos Professores dos Liceus que metesse ombros a tamanha tarefa» (p. 2). Em relação às vantagens que podem resultar deste congresso, Álvaro Sampaio esclarecia: «além daquela que resulta do conhecimento mais íntimo entre os professores dos liceus, a classe vai marcar a sua directriz em questões de ensino e educação».

Também *O Comércio do Porto* trazia na 1ª página a notícia da abertura do *I Congresso*, no domingo, dia 12 de Junho. Intitula-se a notícia: «O 1º Congresso Pedagógico Secundário – Inaugurou-se anteontem em Aveiro – que se encontra em festa» (p. 1) e mais adiante informava: «Estavam mais de 200 congressistas, entre eles muitas senhoras professoras» (p. 1). A notícia salientava que: «Está na ordem do dia o 1º Congresso Pedagógico dos Professores dos Liceus, que pode dizer-se teve próspero êxito» (p. 1).

O Ministro da instrução, Alfredo de Magalhães, não veio presidir ao *I Congresso*, mas telegrafou delegando a presidência no Reitor do liceu. Mais tarde, Álvaro Sampaio (1927) caricaturou essa opção do Ministro Alfredo de Magalhães, acusando-o de não ter assistido a qualquer momento do *I Congresso*, mas de não se ter coibido de no dia após o seu culminar ter ido «à inauguração numa casa de mobílias» (p. 257), revelando um claro desprezo pelos docentes e afastando-o do reconhecimento público que de que

beneficiou quando foi Ministro da Instrução de 1917 a 1919. Esse episódio caricato ilustra bem o desfasamento entre as instituições governamentais encarregues da educação e os principais actores dos liceus, pois era lugar-comum afirmar-se que esses poderes públicos andavam divorciados da classe do professorado liceal.

Apesar de não terem o apoio público governamental, as teses apresentadas revelariam que os professores dos liceus estavam muito longe da inércia e que se mantinham actualizados e empenhados na sua carreira. Essas comunicações podem ser organizadas em duas temáticas: i) as relacionadas com questões científicas e pedagógicas e ii) as relacionadas com reclamações da profissão docente.

No âmbito da primeira temática enquadram-se as comunicações dos seguintes relatores: Artur Medina, *Das finalidades da educação intelectual nos Liceus*; José Tavares, reitor do Liceu de Aveiro, *A finalidade do ensino secundário e O estudo da língua materna*; Atílio Alfredo do Rêgo Martins, *Causas da decadência da literatura didáctica nacional*; Paulo de Cantos, *O ensino dos trabalhos manuais nos liceus*; Seomara Primo, *Do êxito das ciências biológicas no Ensino Secundário*; António Barbosa, *O ensino da cosmografia nos liceus*; José Pinto Soares, *Nomenclatura gramatical – necessidade da sua uniformização*; Judite Furtado Coelho, *A ginástica respiratória e as atitudes do método sueco de ginástica* e, finalmente, Pedro Serra, *Os liceus, centros de estudos regionais*. A segunda temática envolveu discussões relacionadas com a assistência que o Estado devia dispensar aos filhos dos professores liceais, as regalias a conceder aos professores das ilhas e a problemática dos quadros e dos concursos de docentes do ensino liceal.

O entusiasmo pelo *I Congresso* revelou também a necessidade de fixação de regras, de compreender o sistema, melhorá-lo e dar-lhe dignidade. Na verdade, como cogitaram Nóvoa, Barroso e Ramos do Ó (2003):

(...) o apuramento das formas organizativas dos liceus faz-se, no decurso de quase 150 anos [1836-1978], numa tensão permanente entre modelos opostos, que acabam por coexistir graças a uma miscigenação de normas, estruturas e práticas. O liceu deve ser uma instituição nacional ou local? Deve ser um serviço do Estado ou uma organização de profissionais? Deve promover um currículo literário e humanística ou científico e utilitário? Deve favorecer uma lógica de oferta (selecção de elites) ou da procura (mobilidade social)? Deve organizar-se segundo um regime de “classes” ou de disciplinas? Deve ser dirigido por um delegado do governo ou por um representante dos professores? (p. 25).

Estas são as questões gerais, algumas das quais estão bem patentes nas teses que foram defendidas no *I Congresso* e cuja análise será apresentada de seguida.

2.1. As preocupações de ordem científica e pedagógica

Na primeira sessão ordinária, em 10 de Junho, Artur Gonzalez de Medina, professor no Liceu da Póvoa de Varzim, apresentou a tese *Das finalidades da educação intelectual nos liceus*. Constitui a tese mais geral e também a mais interessante para se aferir o conceito que os professores têm desse ensino e de si próprios. Focava a necessidade de se fazer a reforma do ensino, começando-a exactamente pelo ensino secundário, definindo rigorosamente as bases em que ele deve assentar. Seria em função dessa definição que os outros graus de ensino se deveriam reformar.

Procurou nessa comunicação fundamentalmente responder à questão: para que serve o ensino secundário? Defendeu que o ensino liceal tinha como primeira finalidade fornecer cultura geral, enquanto ao ensino comercial, industrial ou agrícola caberia ministrar conhecimentos com utilidade prática imediata. Ora, os cinco anos que compunham o ensino liceal geral eram manifestamente escassos para transmitir essa cultura geral, como estava patente na reduzida cultura académica que os estudantes possuíam à saída do liceu, pelo que se impunha o alargamento deste grau de ensino para seis anos. Nesta perspectiva, esse ensino teria de ser formal, pois a maior utilidade «que o aluno pode tirar do ensino que lhe é ministrado nos liceus, é o justo equilíbrio de todas as suas faculdades de espírito», ou seja, o que se pretendia não era fornecer conhecimentos vários, mas sim «desenvolver harmonicamente as faculdades da criança de modo que ela, ao acabá-lo, tenha uma mentalidade capaz de cursar com proveito, os cursos superiores» (*I Congresso*, 1928, p. 34). As diversas disciplinas deveriam então contribuir para o «desenvolvimento da observação, da memória, da crítica, do poder de síntese, da dedução, etc.» (*I Congresso*, 1928, p. 35). Mas, como o ensino liceal se destinava ao prosseguimento de estudos, para que os estudantes tivessem os conhecimentos necessários ao ingresso no ensino superior, tornava-se necessário que houvesse um sétimo ano em regime de disciplinas, conferindo a cada aluno a possibilidade de frequência das disciplinas indicadas pela Faculdade almejada.

Artur Medina fez ainda referência à criação do ensino primário complementar, defendendo que só deveria ser frequentado pelos alunos que se destinassem ao mundo do emprego. Os que continuassem os seus estudos nos liceus não o deveriam frequentar,

já que, dado que tinha uma finalidade distinta, os programas e métodos de ensino eram muito diferentes e prejudicavam mesmo o prosseguimento dos estudos liceais. No fundo, o autor tem uma perspectiva elitista assumida em relação ao ensino liceal, como se pode aferir pelo resumo que a imprensa diária publicou:

1º Os liceus devem fornecer o ensino médio às futuras “elites intelectuais”, têm por isso de ser escolas de seleção.

2º O ensino nos liceus deve ser formal e não pragmático, sendo necessário para o conseguir:

a) Continuar a adotar-se o regime de classes durante o curso geral;

b) Banir dos liceus toda a preocupação de utilização imediata;

c) Refundir-se os programas de modo que cada disciplina valha somente pelo que de útil traga ao desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais;

d) Ter sempre em vista que o ensino nos liceus não se destina a fornecer um grande número de conhecimentos heterogéneos;

e) Modificar de harmonia com esta orientação os métodos de ensino.

3º O ensino liceal destina-se a fornecer aos futuros alunos dos cursos superiores:

a) Uma cultura geral e porque esta carece de ser aumentada, o curso geral dos liceus deve ser de seis anos;

b) Todos os conhecimentos que eles careçam ao começar qualquer curso superior e por isso o 7º ano deve ser constituído por disciplinas independentes, frequentando os alunos aquelas que os conselhos escolares das faculdades e escolas lhes indiquem. (O Comércio do Porto, 12 de Junho).

A mesma atitude elitista é assumida por outros congressistas que intervieram no debate. Xavier de Brito (Lisboa) foi mais longe e defendeu, não só que esse ensino se destinava aos que desejassem e tivessem capacidades para ingressar nas Universidades, mas também a permitir que outros que não tivessem faculdades para tirarem um curso superior ingressassem numa actividade útil. É evidente o carácter selectivo que estes professores reivindicavam para este tipo de ensino. Nicodemos Pereira (Vila Real) sublinhou que o ensino liceal se destinava «mais às *elites* do que às massas» (*I Congresso*, 1928, p. 39), pelo que o seu acesso deveria estar condicionado à aprovação num exame de admissão e aqueles que reprovassem duas vezes numa disciplina deveriam ser eliminados. Outros congressistas sublinharam também estas ideias, como Adrião Castanheira (Lisboa), que declarou que devido à falta de rigor na selecção, as famílias mandavam os seus filhos para os liceus motivadas pelo prestígio deste ensino, enquanto as escolas técnicas estavam desertas, roubando-se assim a uma oficina o que poderia ser um bom operário.

No entanto, Ferreira Botelho (Braga) reconheceu as limitações do ensino, ao defender que a criteriosa selecção a realizar pelos liceus só seria possível quando os professores tivessem outra formação. Foi secundado nesse reparo por mais colegas que denunciaram a má preparação dos futuros docentes feita pelas Escolas Normais Superiores, as quais só funcionavam depois do mês de Janeiro, havendo mesmo anos em que só trabalhavam entre Abril e Junho. Foi mesmo referido que era necessária uma rigorosa selecção de mestres, já que cinquenta por cento dos professores do liceu eram provisórios, «alguns carecendo de cultura mínima» (*I Congresso*, 1928, p. 41). A ideia geral que se pode extrair destas propostas e da sua discussão é a concepção elitista do ensino liceal que todos estes professores perfilhavam e que se manterá até à criação do Ensino Secundário Unificado, já depois do 25 de Abril. Essa orientação estava de acordo com o pensamento do Ministério da Instrução Pública para limitar a população escolar liceal, tentando evitar que a quantidade prejudicasse a qualidade almejada.

A tese de José Pinto Soares (Vila Real) diz respeito à *Nomenclatura gramatical - necessidade da sua unificação*. Sendo uma realidade a falta de preparação dos alunos na língua materna devido à má preparação que trazem do ensino primário, donde importam apenas definições que nada valem, mas também devido à falta de orientação pedagógica dos manuais, à falta de critério uniformemente seguido pelas diversas gramáticas, à mudança de professores de uns anos para os outros, à diferença de terminologia entre as diferentes línguas de aprendizagem, apresentou as seguintes propostas que foram aprovadas por unanimidade:

1º. Que o Congresso da Instrução Secundária sugira às instâncias superiores a necessidade de fazer-se a unificação dessas nomenclaturas;

2º. Que, estabelecida ela, seja obrigatória em todas as gramáticas que se destinem ao ensino oficial e conseqüentemente seguida por todos os professores. (*I Congresso*, 1928, p. 86).

Nesta mesma sessão foi ainda discutida a necessidade de abordar um gravíssimo problema que também afectava a língua: a ortografia. A este propósito, alguns congressistas mostraram a sua convicção na urgência de se formar uma comissão mista, portuguesa e brasileira, para tratar da ortografia e da unificação da nomenclatura gramatical. Sobre a conveniência e a utilidade deste contacto acendeu-se o debate que acabou por não levar a nenhuma conclusão em relação ao acordo luso-brasileiro.

Embora a tese de José Tavares sobre *O ensino secundário da língua materna* não tenha sido apresentada, por falta de tempo, salienta-se que este relator estava em consonância com as ideias anteriores, pois propunha a realização de um rigoroso exame do português à entrada no liceu, a intensificação do ensino da língua materna e do latim, bem como a não transição dos alunos que não fossem aprovados em língua portuguesa (*I Congresso*, 1928, p. 146).

Chegara a vez de Pedro Serra, na terceira sessão ordinária, também realizada em 11 de Junho, apresentar a comunicação *Os liceus, centros de estudos regionais*. Como a própria designação indica, o relator visava que os liceus se constituíssem como base de desenvolvimento de estudos regionais, sem se afastarem da sua orientação essencial. Propunha que fossem dotados de instalações para a realização de observações meteorológicas e magnéticas e que fossem um foco de estudos da geologia, flora e fauna regionais, constituindo, respectivamente, colecções de minerais e rochas, herbários e museus zoológicos de cada região. Também aconselhava que estudassem a antropologia, a etnografia, a cultura e o folclore, assim como inventariassem e estudassem os monumentos e as obras de arte regionais (*I Congresso*, 1928, pp. 76-77).

Pedro Serra sugeriu que essas actividades contassem com a participação dos alunos sob orientação dos professores dos diversos grupos disciplinares. Aconselhou, ainda, que os dados recolhidos fossem publicados nos anuários dos liceus, servindo de base para a publicação de futuras monografias regionais. Para efectivar a sua proposta alvitrou ao *I Congresso* que se elegeisse uma comissão constituída por cinco docentes com a função de elaborar o plano desses trabalhos. A sua proposta foi recebida com agrado, tendo o presidente dessa sessão, Mário de Vasconcelos e Sá (Porto), acrescentado que a proposta de Pedro Serra traria ainda como vantagens as de permitir e facilitar a organização de verdadeiras visitas de estudo e não de meras excursões.

A primeira tese da quarta sessão ordinária de 11 de Junho, designada *A ginástica respiratória e as atitudes do método sueco de ginástica*, foi da responsabilidade de Judite Furtado Coelho, professora de educação física. A docente defendeu que fosse obrigatório o ensino da ginástica sueca com a duração de três horas semanais na primeira e segunda classe dos liceus, contudo, rejeitou que fosse ministrada a grupos grandes de alunos. Revelou preocupações pedagógicas com a classificação dos alunos, sugerindo que fosse numérica e não eliminatória, e alvitrou ainda que fossem instituídas nos liceus classes especiais de ginástica para «alunos anormais». Outra das suas

reivindicações foi que aos docentes de ginástica fossem reconhecidos os mesmos direitos dos restantes professores e que a sua instrução fosse sólida. Dessa forma vaticinava que a educação física se afastaria da visão social depreciativa de que consistia no «ensino de fazer mexer os braços e as pernas a um tempo» (*I Congresso*, 1928, p. 107).

A maioria das suas propostas foram aceites pelos congressistas, contudo Sá Oliveira (Lisboa) não se coibiu de fazer algumas acusações. Depois de argumentar que todos os professores, em maior ou menor grau, são docentes de educação física, mencionou que os que designou por «professores de ginástica» passam a maior parte do ano a fazer medições e que só em três meses dão aulas. Portanto, e embora concordasse com a equiparação dos professores de ginástica aos restantes docentes, referiu que para tal se deviam sujeitar ao rigoroso processo de selecção dos demais. Insinuou que esses docentes não parecem ter o espírito de classe, pois mencionou que não compreendia por que razão não conviviam, pelo menos no seu liceu, com os restantes colegas. A respeito, Lobão de Carvalho (Porto) referiu que os docentes de educação física, quando à sua preparação académica, se dividem entre os que possuem quase um curso de Medicina e a frequência de uma Escola Normal Superior, e os que não possuem essas habilitações, disparidade que também ocorre com os professores das restantes disciplinas liceais. Apesar dessas críticas, outro congressista, Sena Esteves (Bragança) reconheceu mérito na comunicação apresentada por Judite Coelho e propôs que o seu trabalho fosse enviado a todos os professores de ginástica dos liceus.

Foi também na quarta sessão ordinária que Seomara da Costa Primo, professora de ciências de exemplar currículo (Primo, 1943), apresentou a tese *Do êxito das sciências biológicas no ensino secundário*. Iniciou a sua argumentação caracterizando de forma negativa o estudante típico do ensino liceal, considerando-o «incapaz não só de julgar os factos como de observar, e ainda de manejar os mais simples instrumentos que o auxiliem nos seus estudos» (*I Congresso*, 1928, p. 114). Atribuiu parte da culpa desse estado intelectual amorfo à cultura liceal da memória, em detrimento do fomento das faculdades de raciocínio tão necessárias para a vida prática.

Numa linha de pensamento darwinista, e extrapolando a argumentação da selecção natural, alerta que «se a educação actual não traz ao indivíduo todos os seus benéficos efeitos – aquela selecção e cultura das qualidades da raça – tornando-o apto a agir e a vencer no meio a que é destinado, ela erra os seus fins, por errados os meios.» (*I*

Congresso, 1928, p. 116). Para preparar o educando para vencer as dificuldades que irá encontrar na exigente vida moderna, aconselhou que o ensino secundário fomentasse: i) a cultura física, para evitar o definhamento físico da raça; ii) a cultura moral, potenciadora da vontade e buriladora dos saudáveis hábitos de esforço, responsabilidade, honra e dever e iii) a cultura intelectual, relegando para segundo plano a memorização e colocando a ênfase na génese de hábitos de trabalho e de acção. Para esses fins fundamentais do ensino secundário, Seomara considerou que a Biologia tem um papel fundamental:

A Biologia, pelos seus problemas de imediato interesse humano, pelas suas múltiplas aplicações, pelos conceitos morais que desperta e como disciplina do pensamento, constitui o mais excelente material a utilizar no ensino secundário, pois diz respeito à saúde, interesses, informações, hábitos de pensamento e ideais. (*I Congresso*, 1928, p. 117).

Seomara chegou mesmo a mencionar que o estudo dos seres vivos permite afirmar que «a Biologia possui um lado profundamente moral» (*I Congresso*, 1928, p. 117), e que, conseqüentemente, o seu ensino promove a formação do carácter e modela os hábitos de trabalho, esforço e iniciativa dos alunos. Para que o ensino das ciências biológicas surtisse o máximo efeito desejado sobre a formação dos discentes, considerou que os métodos a usar deviam ser os que mais aproximassem a criança da vida, sugerindo que se utilizassem essencialmente os que preconizavam a observação e que se fomentasse o uso do laboratório. Os primeiros deviam ser utilizados principalmente nas classes inferiores, nas quais o exercício dos sentidos promovido pela observação reflectida, em que se associa sempre a estrutura observada à sua função, conduziria a que os alunos, por comparação e relação, ordenassem essas estruturas consoante as suas semelhanças e diferenças entre os diversos organismos e sentissem conseqüentemente a necessidade da sua classificação, percebendo a ideia de evolução do plano harmonioso da natureza. Nas classes mais avançadas o fulcro deveria ser colocado nas actividades de laboratório, nas quais o aluno devia ser conduzido a verificar um determinado fenómeno ou a descobrir por si novas relações entre factos já conhecidos. Para o êxito dessa formação, Seomara salientou a importância dos livros, mas apenas como complemento da lição do professor, em consonância com a acusação proferida por José Tavares (Aveiro) de que no passado «as Ciências Naturais e as ciências Físico-Químicas eram pretextos para fantásticos e inconcebíveis exercícios de

memória» (*I Congresso*, 1928, p. 14), culpabilizando o manual escolar por ocupar o centro mnemónico do ensino das ciências.

Quanto ao papel do ensino das ciências, considerou ser da máxima importância, pois serve de guia e de inspiração aos alunos. Seomara afirmou que se o professor estiver atento aos interesses e necessidades dos alunos, procurando o máximo rendimento de cada um e desenvolvendo as tendências naturais que trazem desde crianças, conseguirá obter sucesso escolar pois «um aluno atento e interessado é um aluno disciplinado porque trabalha» (*I Congresso*, 1928, p. 121). Dessa forma, a sala de aula será um verdadeiro centro de aprendizagem e não um lugar de imposições, onde a criança trabalha contrariada e sem alegria.

A tese de Seomara foi vivamente aplaudida pelos congressistas, tendo sido inclusivamente levantada por José Tavares uma proposta de aclamação da mesma, a qual foi aprovada pelos membros do Congresso.

2.2. Reclamações da profissão docente

A segunda sessão foi inteiramente dedicada aos interesses da classe. A primeira parte da ordem de trabalhos dizia respeito à *Assistência que o Estado deve dispensar aos filhos dos professores liceais*. Várias propostas foram então lançadas para a mesa, como a que preconizava que os filhos dos professores tivessem as mesmas condições de ingresso no Colégio Militar, no Instituto dos Pupilos do Exército e no Instituto Feminino de Odivelas, que os filhos dos oficiais ou então que fossem criados institutos próprios para os filhos dos professores. Esta tese foi rejeitada porque, além do Estado não ter condições financeiras para sustentar os filhos dos professores, corria-se o risco de se criar uma nova casta, a par da militar.

Outras propostas igualmente discutidas foram que os filhos dos professores gozassem de isenção de propinas nos liceus e que fosse criada uma Filantrópica para subsidiar os descendentes dos professores falecidos. Das várias propostas apresentadas, foram aprovadas as que defendiam a isenção de propinas, que os órfãos dos professores dos liceus pudessem usufruir de pensão gratuita nos internatos anexos aos liceus que se viessem a criar e que nesses internatos todos os filhos dos professores tivessem condições de ingresso semelhantes às que gozavam os filhos dos oficiais nos estabelecimentos tutelares do exército e que fosse criada uma filantrópica para os órfãos.

Pela discussão destas propostas fica bem patente a dignidade com que estes professores defendiam a sua profissão, não procurando benesses especiais nem medidas utópicas, antes lutando pelo reconhecimento da sua missão, sem perder de vista a situação do país.

Outro assunto discutido foi *O serviço extraordinário dos professores liceais*. Foram aprovados dois articulados que defendiam que:

Aos professores que se dediquem exclusivamente ao ensino no seu liceu ou que tenham especiais condições de resistência, podem ser atribuídas horas extraordinárias dentro de determinados limites;

As horas extraordinárias devem ser somadas ao regime destas [ordinárias], para todos os efeitos e especialmente para desconto de faltas» (*I Congresso, 1928*, p. 55).

Ainda nessa linha de discussão de melhores condições económicas, a terceira parte da ordem de trabalhos focava *Vencimentos e ajudas de custo*, mas, por proposta de Sena Esteves, foi eliminada.

Dado que foi dado tempo para discutir outros assuntos de interesse para a classe foi apresentada, por Gomes Pereira (Lisboa), a proposta *Da necessidade de distribuir, por forma conveniente, o ensino*. Essa comunicação visava alertar o Governo para a necessidade de limitar o número de alunos nos liceus que estavam superlotados, criando outros ou ampliando os já existentes. Também sugeria que fosse reduzido o número de professores provisórios e que os exames dos alunos externos fossem proporcionalmente distribuídos, atendendo ao número de turmas por liceu. Essas ideias proporcionaram uma acesa discussão, atendendo a que a criação de novos liceus nas três grandes cidades acarretaria que os da província ficassem desertos e que se aumentasse o número de professores efectivos, já que havia falta de professores devidamente habilitados, nomeadamente na província. A proposta inicial foi aprovada sem a última recomendação, ou seja, a relativa aos exames. Foi ainda aprovada outra proposta que visava a organização rigorosa dos quadros e do número de alunos de cada liceu:

Faça-se uma estatística rigorosa da frequência média dos liceus nos últimos cinco anos e segundo ela:

a) fixem-se os quadros dos professores efectivos de cada liceu, ampliando os quadros existentes quando o exigir o aumento de população escolar, de forma a reduzir ao mínimo o número de professores provisórios;

b) fixe-se o número de turmas de cada liceu e o número de alunos de cada turma. (*I Congresso, 1928*, pp. 141-142).

No ano seguinte (1928) seria, de facto, nomeada por Salazar uma Comissão de Reforma Orçamental que visava precisamente regular a rede escolar (Nóvoa e Santa Clara, 2003, p. 38). Essa Comissão concluiu que era urgente regular a distribuição de alunos pelos diferentes liceus, afectando cada estabelecimento a uma zona pedagógica, e que se devia reduzir o número de professores provisórios, atribuindo um número de turmas aos liceus de acordo com a população das cidades em que estavam implantados. Se bem que estas medidas não tivessem sido implementadas até às últimas consequências, logrou-se limitar a entrada de alunos através da exigência do exame de admissão ao liceu em 1935.

A quarta sessão começou com a votação de uma moção motivada por um telegrama da Associação de Professores de Setúbal que visava reclamar perante o Governo essencialmente questões sobre a colocação e os concursos dos professores:

a) a imediata revogação de todos os decretos e diplomas que autorizam a permanência e estabilização nos liceus das grandes cidades a todos os professores que pertencem aos quadros dos liceus da província ou para eles hajam sido nomeados;

b) a anulação pura e simples dos decretos que ultimamente vêm transferindo, colocando ou nomeando professores efectivos dos liceus, indivíduos que, para essa transferência, colocação ou nomeação, não seguiram a via normal do concurso;

c) a revogação imediata dos decretos que nomearam, por simples beneplácito ministerial, inspectores para o ensino secundário, negando-se-lhes ainda quaisquer direitos de funcionários do Estado que pelo simples facto dessa nomeação lhes tenha advindo;

d) o regresso imediato aos seus liceus de todos os professores que andam por fora deles em hipotéticas comissões de serviço;

e) a conclusão rápida de todas as sindicâncias que pesam sobre os professores do ensino secundário de forma a definir-se-lhes de vez a situação, punindo-se os prevaricadores e reabilitando-se os que injustamente hajam sido incriminados;

f) que seja nomeada uma comissão de competências reconhecidas, que, alheia a interesses pessoais ou prejuízos de grupos ou facções, elabore com brevidade uma reforma completado ensino secundário, moderna, progressiva, adaptável à índole nacional e de acordo com os votos deste Congresso. (*I Congresso*, 1928, pp. 91-92).

A discussão desta moção levou à denúncia de situações de compadrio e favoritismo na colocação de professores da província nos liceus de Lisboa, Porto e Coimbra e chegou-se à conclusão de que a única forma de haver justiça seria a existência de concursos. Mas aqui as opiniões não eram unânimes pois os interesses individuais entravam em conflito com os interesses do ensino. Alguns professores defendiam que o Decreto 13.521, que permitia a colocação desses professores adidos, era até moralizador, pois, por não ocuparem vaga, não prejudicavam ninguém. Todavia,

a moção a favor dos concursos foi aprovada por maioria. Mais tarde, Álvaro Sampaio (1927), na *Labor*, afirmou que «só o sistema de concurso estabelecido por lei e pelo regulamento da instrução secundária em vigor, é a base moral e justa que os professores dos liceus desejam e querem se siga ininterruptamente» (p. 257), consolidando as ideias aprovadas relativamente a essa importante fonte de injustiças para o professorado liceal e alertando que os docentes desejavam que a lei se cumprisse e que se cumprisse para todos.

A voz dos professores das ilhas foi representada por Braga Paixão (Angra do Heroísmo). Por várias vezes inscrito para falar sem resultado, acabaria por tomar a palavra para desempenhar uma missão para a qual fora incumbido pelos colegas das ilhas, reclamando: i) passagens, de Lisboa para ilhas, para os professores nelas colocados e respectivos familiares; ii) um subsídio de residência e iii) uma licença graciosa periódica. Esta proposta, devido a influenciar um escasso número de docentes, foi aprovada por unanimidade. Maria Emília Duarte Costa, do Liceu Carolina Michaëlis (Porto) aproveitou para denunciar a situação em que estavam os terrenos pertencentes ao liceu em que leccionava, requisitados pela Faculdade de Engenharia, que ameaçava a reclamação do edifício. No caso de essa situação ocorrer, as alunas ficariam sem recreios e campos de jogos. Cerceava-se também a possibilidades da criação dos projectados internatos. A *Ideia Nacional* (nº 63, 11 de Junho), haveria de relatar:

[...] a sr.^a D. Emília Duarte Costa [...] que fustigou fortemente a pessoa do ministro da instrução, contando o que se passara no seu liceu, o de Carolina Michaëlis no Porto [...] votando depois a douta assembleia, por aclamação, que a Federação do Professorado do Liceu prestasse toda a assistência moral à talentosa e sabedora D. Armanda Bastos, ilustre reitora do Liceu Carolina Michäelis, e bem assim a todo o corpo docente. (p. 2).

Mais à frente esclarecia-se o que se tinha passado e lembrava-se que no seguimento deste debate:

Foi o distintíssimo professor do Porto, Dr. Artur Gonzalez Medina, que fez a proposta para a assembleia se solidarizar com o corpo docente do Liceu Carolina Michäelis, a quem o sr. Ministro da instrução deixou numa situação desesperada, tendo somente prometido verbas para reparações no edifício deste liceu, à última hora, mandou à força entregar à Faculdade Técnica todo o terreno adjacente à Escola, deixando as 500 crianças que o frequentam sem recreio, sem campo de jogos e numa promiscuidade indesejável com os 30 alunos da Faculdade Técnica (p. 2).

Conscientes desses problemas, os congressistas aprovaram que fosse prestada inteira solidariedade ao Conselho Escolar desse Liceu (*I Congresso, 1928, p. 143*). Inclusivamente, a imprensa não deixou de relatar esse momento. «O Congresso solidarizou-se com o corpo docente do Liceu Carolina Michaëlis, do Porto» (*O Comércio do Porto*, 13 de Junho).

Conclusões sobre o *I Congresso*

O sucesso do *I Congresso* deveu-se em grande parte, segundo Álvaro Sampaio (1927, p. 256), à substancial organização dos professores dos liceus, pois, à excepção dos liceus de Rodrigues de Freitas (Porto), Sá da Bandeira (Santarém) e Latino Coelho (Lamego), todos os restantes possuíam até à data associações de docentes pertencentes à Federação.

O *I Congresso* foi marcante não só no panorama educativo liceal, mas também alvo de excelentes críticas da imprensa. Por exemplo, no jornal *A Ideia Nacional* (nº 63 de 11 de Junho) salientou-se entusiasticamente o papel das professoras presentes: «Na 1ª sessão de trabalhos as senhoras marcaram brilhantemente o seu lugar» (p. 2). No corpo da notícia justificava-se este título: «Rompeu o fogo feminino a sr.ª D. Maria Emília Maia Medina, professora do Maria Pia, de Lisboa. Serena e tranquila, versou o assunto que a interessava – situação das estagiárias e injustificável desigualdade de tratamento, comparadas com as efectivas [...] Seguiu-se depois a sr.ª D. Maria Luísa Parreira Soares, do liceu do Porto que falou sobre o mesmo assunto» (p. 2). Os congressistas lamentaram o menor apreço pelo ensino feminino no país, urgindo criar condições para que se pudesse cumprir a sua missão educativa. Não era caso único, pois as condições de funcionamento do Liceu Infanta D. Maria (Coimbra) também eram muito deficientes, até vergonhosas, como foi denunciado. Foram também muito relevantes as prestações da docente Judite Furtado Coelho, com as suas reivindicações para o ensino liceal da educação física, e de Seomara da Costa Primo, que evidenciou a importância do ensino das ciências para a formação dos alunos dos liceus.

A questão relativa à colocação dos professores foi uma das que suscitou maior frenesim. Nesse sentido foi aprovada no *I Congresso* a intenção de nomeação de uma comissão constituída por um professor do antigo concurso, um professor do Curso

Superior de Letras e um das Escolas Normais Superiores para se estabelecerem normas justas para as classificações dos professores dos liceus para efeitos de concurso.

O Ministério da Instrução foi por várias vezes acusado, em especial o Ministro, de não fazer cumprir a lei e de não ter demonstrado interesse pelo *I Congresso* e pela sua moção. O abandono da classe ficou ainda patente na recusa formal do Ministro em receber Álvaro Sampaio após o *I Congresso*, rejeição que foi continuada pelo Director Geral do Ensino Secundário, o Tenente Celso de Magalhães. Para piorar essa situação, alguns dias mais tarde após o término do *I Congresso*, o Ministério da Instrução, por decreto, voltou a colocar nos liceus docentes sem concurso, voltando a subverter as regras.

Embora não tenha colhido eco imediato nas instituições governamentais, o *I Congresso* teve pelo menos a mais-valia de fazer unir a classe em torno de reivindicações comuns e de servir de catarse colectiva para o professorado, porque foi lançada para o exterior a discussão de problemas sentidos há muito tempo e que oprimiam a classe. O *I Congresso* teve ainda uma importante função moralizadora da classe, pois lançou a mensagem de que os docentes estavam unidos por causas comuns.

O entusiasmo em torno dos Congressos continuaria ainda por mais alguns anos: em 1928 realizar-se-ia um segundo em Viseu, o terceiro em Braga, em 1929, e o quarto em Évora (1930). Em 1931, realizar-se-ia, em Coimbra, de 19 a 23 de Maio, o quinto Congresso do Ensino Secundário, cuja organização esteve a cargo do Liceu da Infanta D. Maria. Seria o fim desta série, já não teria livro de actas e só em pleno Marcelismo se voltaria a realizar um Congresso de Professores do Ensino Liceal (1973).

Nota:

O artigo aqui apresentado engloba-se no trabalho de investigação *Percursos do associativismo e do sindicalismo docentes em Portugal, 1890-1990*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Referências bibliográficas

Aniceto. “Inaugura-se hoje em Aveiro o Congresso dos Professores dos Liceus, que marcará uma nova “étape” no ressurgimento do ensino secundário”, *A Ideia Nacional*, n.º 62, 10 de Junho de 1927, pp. 1-2.

Aniceto. “O Congresso Pedagógico de Aveiro”. *A Ideia Nacional*, n.º 63, 11 de Junho, p. 2.

Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial (1928). Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses. Coimbra: Imprensa da Universidade.

C. “O 1º Congresso Pedagógico Secundário – Inaugurou-se anteontem em Aveiro que se encontra em festa”. *O Comércio do Porto*, 12 de Junho de 1927, p. 1.

C. “O 1º Congresso Pedagógico Secundário encerrou-se no domingo sendo aprovadas interessantes teses”. *O Comércio do Porto*, 14 de Junho de 1927, p. 4.

Nóvoa, A.; Santa-Clara, A. (Orgs.) (2003). *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Asa.

Paixão, B. (1927). O Congresso do Ensino secundário. *Labor*, 2 (7) 186-187.

Primo, S. C. (1943). *Curriculum vitae: Seomara da Costa Primo*. Lisboa: [s. n.].

Sampaio, A. (1927) O 1.º Congresso Pedagógico do Ensino Secundário e a reorganização da classe do professorado liceal. *Labor*, 2 (8) 256-258.